



Estado do Piauí

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO

Rua Marcos Vieira, 1621 – Centro, CEP: 64868-000, Baixa Grande do Ribeiro – Piauí

CNPJ: 05.170.237/0001-34 | SITE: <https://baixagrandedoribeiro.pi.leg.br>

PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA



2026

Poder Legislativo

Câmara Municipal de Baixa Grande do Ribeiro



Estado do Piauí

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO

Rua Marcos Vieira, 1621 – Centro, CEP: 64868-000, Baixa Grande do Ribeiro – Piauí

CNPJ: 05.170.237/0001-34 | SITE: <https://baixagrandedoribeiro.pi.leg.br>

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO – PI

1. APRESENTAÇÃO

Este Plano de Contratações Anual – PCA consolida o planejamento das aquisições, contratações e serviços previstos para o exercício de 2026, em observância à Lei nº 14.133/2021. O documento tem natureza de planejamento e visa organizar as demandas administrativas da Câmara Municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Elaborado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, transparência, economicidade, publicidade, segregação de funções e governança das contratações.

3. OBJETIVOS

- Planejar as contratações.
- Evitar aquisições emergenciais.
- Melhorar a execução orçamentária.
- Garantir transparência.
- Fortalecer a governança.

4. DADOS INSTITUCIONAIS

Órgão: Câmara Municipal de Baixa Grande do Ribeiro-PI

Exercício: 2026

Vereadores: 9

Veículos oficiais: Possui
Sede: prédio próprio em construção.

5. METODOLOGIA

As necessidades foram levantadas considerando contratos vigentes, consumo histórico, manutenção da atividade legislativa, funcionamento administrativo e demandas permanentes.

6. DIRETRIZES

Priorizar continuidade dos serviços essenciais, economicidade, sustentabilidade, competitividade, transparência e observância ao planejamento orçamentário.

7. GOVERNANÇA

O Presidente da Câmara, Secretaria, Controle Interno, setor de compras, fiscalização contratual e comissão de contratação atuarão na execução e acompanhamento do PCA.

8. MONITORAMENTO

O PCA poderá ser atualizado durante o exercício mediante justificativa administrativa.

9. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PREVISTAS

Item	Objeto	Justificativa	Período	Prioridade	Modalidade
1	Combustíveis	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
2	Lubrificantes	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
3	Manutenção de Veículos	Necessidade administrativa para continuidade	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021

		dos serviços.			
4	Seguro Veicular	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
5	Material de Expediente	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
6	Material de Limpeza	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
7	Material de Copa	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
8	Água Mineral	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
9	Gêneros Alimentícios	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
10	Internet	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
11	Telefonia	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
12	Energia Elétrica	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
13	Assessoria	Necessidade	2026	Alta	Conforme Lei

	Contábil	administrativa para continuidade dos serviços.			nº 14.133/2021
14	Assessoria Jurídica	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
15	Consultoria em Licitações	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
16	Portal da Transparência	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
17	Hospedagem de Sistemas	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
18	Certificados Digitais	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
19	Equipamentos de Informática	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Alta	Conforme Lei nº 14.133/2021
20	Computadores	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
21	Impressoras	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
22	Toners	Necessidade administrativa para	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021

		continuidade dos serviços.			
23	Mobiliário	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
24	Ar-condicionados	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
25	Serviços Gráficos	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
26	Publicações Oficiais	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
27	Digitalização Documental	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
28	Locação de Equipamentos	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
29	Capacitação de Servidores	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
30	Capacitação de Vereadores	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
31	Diárias	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021

32	Passagens	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
33	Serviços de Engenharia	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
34	Pequenas Reformas	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
35	Materiais Elétricos	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
36	Materiais Hidráulicos	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
37	Ferramentas	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
38	Limpeza Predial	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
39	Terceirização	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
40	Ornamentação	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
41	Eventos Institucionais	Necessidade administrativa	2026	Média	Conforme Lei nº

		para continuidade dos serviços.			14.133/2021
42	Materiais Permanentes	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
43	Software Legislativo	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
44	Sistema Contábil	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
45	Backup em Nuvem	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
46	Vigilância	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
47	Extintores	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
48	Controle de Pragas	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
49	Combate a Incêndio	Necessidade administrativa para continuidade dos serviços.	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021
50	Aquisição de Equipamentos para Nova Sede	Necessidade administrativa para continuidade	2026	Média	Conforme Lei nº 14.133/2021

		dos serviços.			
--	--	---------------	--	--	--

10. TÓPICO COMPLEMENTAR

O planejamento anual das contratações deverá ser observado pelas unidades administrativas, podendo sofrer revisões devidamente motivadas em razão de alterações orçamentárias, surgimento de novas demandas, convênios, obras, aquisição de equipamentos ou interesse público devidamente justificado. O PCA não gera obrigação de contratar, servindo como instrumento de governança, transparência e organização das futuras contratações.

O planejamento anual das contratações deverá ser observado pelas unidades administrativas, podendo sofrer revisões devidamente motivadas em razão de alterações orçamentárias, surgimento de novas demandas, convênios, obras, aquisição de equipamentos ou interesse público devidamente justificado. O PCA não gera obrigação de contratar, servindo como instrumento de governança, transparência e organização das futuras contratações.

O planejamento anual das contratações deverá ser observado pelas unidades administrativas, podendo sofrer revisões devidamente motivadas em razão de alterações orçamentárias, surgimento de novas demandas, convênios, obras, aquisição de equipamentos ou interesse público devidamente justificado. O PCA não gera obrigação de contratar, servindo como instrumento de governança, transparência e organização das futuras contratações.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Plano de Contratações Anual poderá ser revisado durante o exercício de 2026 sempre que houver necessidade administrativa, alteração orçamentária ou mudança das prioridades institucionais.

Baixa Grande do Ribeiro - PI, 02 de Fevereiro de 2026.

Osmiranda Pereira da Silva
Presidente da Câmara Municipal